

06/março/2023

À: Far.me Farmacoterapia Otimizada S.A.
À atenção dos Administradores e Acionistas

Ref.: Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas nº 2328N-008-PB

Prezados senhores,

Pela presente, encaminhamos aos cuidados de V.Sas., as demonstrações contábeis individuais e consolidadas referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022 da Far.me Farmacoterapia Otimizada S.A., acompanhadas do relatório do auditor independente.

Atenciosamente,

Daniel Menezes Vieira
Sócio

Far.me Farmacoterapia Otimizada S.A.

Demonstrações contábeis individuais e consolidadas acompanhadas do relatório do auditor independente

Em 31 de dezembro de 2022



Índice

	Página
Comentário da administração	3
Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas	4
Demonstrações contábeis individuais e consolidadas	7
Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022	13

COMENTÁRIO DA ADMINISTRAÇÃO

O ano de 2022 teve conquistas relevantes em dois focos estruturais da Far.me Farmacoterapia Otimizada S.A. (“Companhia” ou “Far.me”): evoluímos de forma expressiva a base de clientes e fortalecemos a sustentabilidade do negócio.

Crescemos 166% em Receita Bruta e 165% em Receita Líquida quando comparamos com o ano de 2021, além de fecharmos o ano de 2022 com um faturamento próximo de 9 milhões reais.

Mais uma vez crescemos significativamente (129%) a quantidade de vidas atendidas por meio da recorrência do serviço da Far.me box e crescemos as vendas avulsas – entregas pontuais de medicamentos e produtos complementares às assinaturas dos membros que já são da base.

Tivemos um resultado de EBITDA 133 p.p. melhor do que havíamos planejado e crescemos, em média, 9% ao mês no que tange a aquisição de novos clientes e 7% referente à base de clientes.

Importante ressaltar que o NPS (Net Promote Score) se manteve significativo entre 80 e 90 e continuamos a evoluir o CAC (Custo de Aquisição por Cliente). Melhoramos esta última métrica em 95% com a média do CAC em 2022 de R\$ 1.348,00 versus R\$ 2.623,00 quando comparado a 2021.

Como já mencionado, o ano de 2022 teve como ponto forte a evolução da sustentabilidade do negócio. Tivemos o foco em otimizar o “unit economics” do produto core que é a Far.me box.

Conseqüentemente, progredimos em 9 p.p. a margem de contribuição (21% em 2022 versus 11% em 2021) e obtivemos uma visão mais robusta sobre a eficiência do time e condições de compra e venda de medicamentos. Já a margem bruta também teve um resultado acumulado melhor que o planejado de 28% no ano.

Se em 2021 a palavra de ordem foi aprendizado, em 2022 foi sustentabilidade. Entendemos no detalhe como os custos de produção e entrega do produto final podem ser otimizados, garantindo a previsibilidade dos processos operacionais e sustentação do crescimento acelerado.

Para 2023 o foco é crescimento, sendo que as principais estratégias se resumem em:

- (i) atingir 9.000 membros ativos na base de clientes até dezembro de 2023;
- (ii) atingir um faturamento acumulado de 23 milhões de reais até 2023;
- (iii) atingir margem de contribuição de 5% em dezembro de 2023;
- (iv) ser a melhor healthtech para se trabalhar.

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Grant Thornton Auditoria e Consultoria Ltda.

Praça Carlos Chagas, 49 - 4º andar
Santo Agostinho, Belo Horizonte (MG)
Brasil

T +55 31 3289-6000

Aos Administradores e Acionistas da
Far.me Farmacoterapia Otimizada S.A.
Belo Horizonte – MG

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Far.me Farmacoterapia Otimizada S.A. (“Companhia”), identificadas como controladora e consolidado, que compreendem o balanço patrimonial individual e consolidado em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações individuais e consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nesta data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis de acordo com Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas (CPC PME) e (NBC TG 1000 – R1).

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Far.me Farmacoterapia Otimizada S.A. (“Companhia”), em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às pequenas e médias empresas (NBC TG 1000 (R1) - Contabilidade para pequenas e médias empresas, aprovada pela Resolução nº 1.255/09 do Conselho Federal de Contabilidade).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras de auditoria aplicáveis às pequenas e médias empresas CPC PME e (NBC TG 1000) (R1).

Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção

“Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas”.

Somos independentes em relação à Empresa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

As demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2021 foram auditadas por nós e emitimos relatório de auditoria, sem ressalva, com data de 21 de março de 2022. Conforme descrito na Nota 3, em decorrência de erro na controladora sobre o reconhecimento de equivalência referente à investida Drogaria Santa Cruz S.A. e conseqüentemente o saldo de investimentos, referidas demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2021, estão sendo reapresentadas, para refletir o efeito dos referidos ajustes que impactou o resultado de equivalência patrimonial e conseqüentemente o saldo de investimentos, como previsto no CPC 23 “Políticas Contábeis, mudança de estimativas e retificação de erro” e CPC 26 (R1) – “Apresentação das Demonstrações Contábeis”. Conseqüentemente, nosso relatório de auditoria corrente sobre as demonstrações contábeis acima referidas, sem modificação, considera essas alterações. Os impactos dessa correção sobre os valores correspondentes aos saldos dos balanços patrimoniais e demonstração do resultado do exercício em 31 de dezembro de 2021 estão demonstrados na nota 3.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da Empresa é responsável por essas outras informações que compreendem o relatório da administração. Nossa opinião sobre as informações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2022 não abrange o relatório da administração e não expressamos qualquer forma de opinião de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis individuais e consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às pequenas e médias empresas (NBC TG 1000 (R1), aprovada pela Resolução nº 1.255/09 do Conselho Federal de Contabilidade) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Empresa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a não ser que a administração pretenda liquidar a Empresa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Empresa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados as circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Empresa;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada; e
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente as informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria da Empresa e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Belo Horizonte, 06 de março de 2023

Grant Thornton Auditoria e Consultoria Ltda.
CRC 2SP-034.766/O-0

Daniel Menezes Vieira
Contador CRC 1MG-078.081/O-1

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais consolidadas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional

A Far.me foi constituída em 2016, à época sob o registro de empresário individual, com o nome fantasia "Drogaria Innovar", pelo então acionista Bernardo Magalhães Rocha de Lima, em Belo Horizonte, no estado de Minas Gerais. Após participação em programa de aceleração promovido em 2018 pelo Founder Institute, Inc., uma das maiores aceleradoras de startups do mundo, Samilla Dornellas Faria uniu-se a Luciana Raid Farnese e Marina Dias dos Santos e, por convergências de ideias com Bernardo, juntaram-se em sociedade. Assim, a Companhia foi transformada em sociedade empresária limitada e passou a adotar a atual denominação social, mantendo sua sede em Belo Horizonte. No mesmo ano, a Companhia passou por programa de aceleração promovido pelo BiotechTown Participações S.A. ("*BiotechTown*"), uma das principais aceleradoras de *healthtechs* de Minas Gerais e do Brasil, recebendo, ao final do programa, investimento de R\$150.000,00 (cento e cinquenta mil reais), na forma de mútuo conversível, para desenvolver o seu plano de negócios.

No primeiro semestre de 2020, a Companhia recebeu proposta de investimento de até R\$27.000.000,00 (vinte e sete milhões de reais) da CM Hospitalar S.A. ("Viveo"), referência em distribuição de materiais e medicamentos hospitalares e parte de um dos maiores grupos de saúde do Brasil, para a concretização de um plano de negócios orientado a crescimento acelerado. O investimento foi inicialmente estruturado em três aportes: R\$5.000.000,00 (cinco milhões de reais) na data de celebração do acordo de investimento entre a Companhia e a Viveo ("Primeiro Aporte"); (b) R\$8.000.000,00 (oito milhões de reais) caso atingisse a "Meta de Receita 2" definida no Acordo de Investimento ("Segundo Aporte"); e (c) R\$14.000.000,00 (quatorze milhões de reais), caso atingisse a "Meta de Receita 3" também definida no Acordo de Investimento, sendo que este aporte foi posteriormente alterado para R\$10.000.000,00 (dez milhões de Reais) ("Terceiro Aporte").

Em maio de 2020, em meio à negociação da operação de investimento, a Companhia contraiu empréstimo de R\$450.000,00 (quatrocentos e cinquenta mil reais) com a Viveo para a aquisição da Drogaria Santa Cruz como sua subsidiária integral, visando a expansão de seus negócios para a cidade de São Paulo.

Em setembro de 2020, a Companhia, com o objetivo de preparar as bases estruturais para o fechamento da operação de investimento com a Viveo, transformou-se em sociedade anônima de capital fechado, ocasionando o ingresso em seu quadro societário de Founder Institute, Inc., Aceleradora de Negócios em Biotecnologia e Ciências da Vida S.A. (cessionária do *BiotechTown* no mútuo conversível firmado em 2018) e Wendel de Oliveira Afonso, *advisor* da Companhia.

Em outubro de 2020, a operação de investimento foi concluída e a Viveo ingressou no quadro societário da Companhia. Assim, o capital social da Companhia passou a ser de R\$5.155.321,00 (cinco milhões, cento e cinquenta e cinco mil, trezentos e vinte e um reais), representado por 9.196 (nove mil, cento e noventa e seis) ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal.

Em junho de 2021 a Companhia solicitou à Viveo o adiantamento do segundo aporte mediante a concessão de mútuo equivalente ao segundo aporte, sendo que este crédito poderia ser utilizado pela Viveo para exercer o bônus de subscrição referente ao segundo aporte. Da mesma forma, em março de 2022, devido à nova necessidade de caixa pela Companhia, a Companhia e a Viveo negociaram o adiantamento do terceiro aporte, também permitindo que o crédito fosse utilizado para exercício do bônus de subscrição referente ao terceiro aporte.

A Companhia atua preponderantemente no comércio varejista de produtos farmacêuticos, sem manipulação de fórmulas, unitarização e dispensação remota de medicamentos, consultório farmacêutico e revisão e acompanhamento da farmacoterapia dos seus pacientes. A Companhia desenvolveu uma *box* (caixa) personalizada que organiza toda a medicação que o paciente poli medicado usa em um mês. Nela, os remédios são separados em sachês, de acordo com o dia, horário e dose de administração. A Companhia adota um modelo de assinatura recorrente da *box*, ou seja, a cada mês o paciente recebe automaticamente uma nova caixa com os medicamentos daquele mês, antes que a anterior acabe.

A Companhia é optante pelo regime de tributação do Lucro Real.

2. Base de preparação e apresentação

a) Base de preparação e apresentação

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Far.me Farmacoterapia Otimizada S.A foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem aquelas previstas na legislação societária brasileira e nos pronunciamentos, bem como de acordo com a NBC TG 1000 (R1) - Contabilidade para pequenas e médias empresas, aprovada pela Resolução CFC nº 1.255/09.

Uma vez elaboradas e submetidas à apreciação do Conselho de Administração, órgão responsável por recomendar a aprovação das contas pela Assembleia Geral Ordinária, somente os acionistas têm o poder de alterar as demonstrações contábeis.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente elas, estão evidenciadas neste relatório e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na gestão de 2022.

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas, incluindo as notas explicativas, são de responsabilidade da Administração da Companhia, cuja autorização para sua conclusão foi dada em 06 de março de 2023.

b) Base de mensuração

As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico, exceto quando as notas explicativas indicarem o contrário.

c) Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações contábeis estão apresentadas em reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia e de sua controlada. Todas as demonstrações contábeis apresentadas em milhares de reais foram arredondadas para o valor mais próximo.

d) Julgamento e uso de estimativas

A preparação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas de acordo as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP) exigem que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Assim, os resultados reais podem divergir das estimativas.

Estimativas e premissas são revistas continuamente, de forma que revisões com relação a estimativas contábeis podem ser reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros porventura afetados.

As políticas contábeis e áreas que requerem maior grau de julgamento e uso de estimativas na preparação das demonstrações contábeis são:

- i) perda por redução ao valor recuperável de contas a receber;
- ii) provisão para perda de estoques; e
- iii) vida útil e valor residual dos ativos imobilizados.

e) Elaboração das demonstrações contábeis consolidadas

Considerando que a Controladora detém o controle de suas Controladas, a apresentação das demonstrações contábeis consolidadas, fornece informações mais relevantes aos usuários do que as demonstrações contábeis individuais das Companhias integrantes do grupo econômico. As demonstrações contábeis consolidadas foram elaboradas a partir da somatória dos elementos patrimoniais e os resultados individuais de cada Companhia, ajustada pela eliminação dos saldos das contas de ativo, passivo e resultado decorrentes de transações entre elas.

As demonstrações contábeis consolidadas em 31 de dezembro de 2022 consideram, além das demonstrações da Companhia, as demonstrações contábeis das controladas seguindo as participações:

Descrição	2022	2021
Drogaria Santa Cruz S. A	100%	100%

2.1. Reapresentação de saldos comparativos

Conforme Nota Explicativa nº 7, houve erro na controladora sobre o reconhecimento de equivalência patrimonial da Companhia e conseqüentemente o saldo de investimentos. Diante deste, a Companhia corrigiu os saldos contábeis impactados e está reapresentando os saldos de 31 de dezembro de 2021.

Os principais ajustes efetuados e impactos no balanço patrimonial da Companhia em 31/12/2021, assim como na demonstração de resultado do exercício, estão demonstrados a seguir:

	Controladora			Consolidado		
	Original	Ajustes	Reapresentado	Original	Ajustes	Reapresentado
Ativo circulante	3.664	-	3.664	4.462	(498)	3.964
Ativo não circulante	3.018	-	3.018	906	-	906
Total do ativo	6.682	-	6.682	5.368	(498)	4.870

Passivo circulante	876	-	876	1.127	-	1.127
Passivo não circulante	1.891	498	2.389	326	-	326
Patrimônio Líquido	3.915	(498)	3.417	3.915	(498)	3.417
Total do passivo e patrimônio líquido	6.682	-	6.682	14.812	(498)	4.870
Prejuízo do exercício	(8.257)	(498)	(8.755)	(8.257)	(498)	(8.755)

3. Principais políticas contábeis

A Companhia aplicou as políticas contábeis descritas a seguir de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações contábeis, salvo indicação ao contrário.

a) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até 3 (três) meses e com risco insignificante de mudança de valor.

b) Ativos financeiros

i) Reconhecimento e mensuração inicial

O contas a receber de clientes e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se torna parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao valor justo por meio do resultado (“VJR”), os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

ii) Classificação e mensuração subsequente:

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ou ao VJR.

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e nesse caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do exercício de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- a) É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- b) Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Um instrumento de dívida é mensurado ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (“VJORA”) se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- a) É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e
- b) Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. Isso inclui todos os ativos financeiros derivativos. No reconhecimento inicial, Companhia pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado ou ao VJORA como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria.

iii) Ativos financeiros - avaliação do modelo de negócio:

A Companhia realiza uma avaliação de objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem:

- i) As políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas, que incluem saber se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos;
- ii) Como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Companhia e de sua controlada;
- iii) Os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados; e

- iv) A frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos exercícios anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras.

As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Companhia e de suas controladas.

Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado.

iv) Ativos financeiros - avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros:

Para fins dessa avaliação, o 'principal' é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os 'juros' são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado exercício de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

A Companhia considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros.

Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Companhia considera:

- i) Eventos contingentes que modifiquem o valor ou a época dos fluxos de caixa;
- ii) Termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis;
- iii) O pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e
- iv) Os termos que limitam o acesso da Companhia a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo).

O pagamento antecipado é consistente com o critério de pagamentos do principal e juros caso o valor do pré-pagamento represente, em sua maior parte, valores não pagos do principal e de juros sobre o valor do principal pendente – o que pode incluir uma compensação adicional razoável pela rescisão antecipada do contrato. Além disso, com relação a um ativo financeiro adquirido por um valor menor ou maior do que o valor nominal do contrato, a permissão ou a exigência de pré-pagamento por um valor que represente o valor nominal do contrato mais os juros contratuais (que também pode incluir compensação adicional razoável pela rescisão antecipada do contrato) acumulados (mas não pagos) são tratadas como consistentes com esse critério se o valor justo do pré-pagamento for insignificante no reconhecimento inicial.

v) Ativos financeiros - mensuração subsequente e ganhos e perdas:

- **Ativos financeiros a VJR:** Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.
- **Ativos financeiros a custo amortizado:** Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por *impairment*. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o *impairment* são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.
- **Instrumentos de dívida a VJORA:** Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. A receita de juros calculada utilizando o método de juros efetivos, ganhos e perdas cambiais e *impairment* são reconhecidos no resultado. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA. No desreconhecimento, o resultado acumulado em ORA é reclassificado para o resultado.

- **Instrumentos patrimoniais a VJORA:** Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. Os dividendos são reconhecidos como ganho no resultado, a menos que o dividendo represente claramente uma recuperação de parte do custo do investimento. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA e nunca são reclassificados para o resultado.

vi) Passivos financeiros - classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas:

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado.

c) Desreconhecimento

i) Ativos financeiros

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia nem transferem e nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

ii) Passivos financeiros

A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

d) Compensação

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tem atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

e) Contas a receber de clientes

O contas a receber de clientes são registradas com base na contraprestação especificada no contrato com o cliente e é reconhecida quando os produtos são entregues e aceitos pelos clientes em suas instalações. O contas a receber de clientes é registrado pelo valor faturado, ajustado a valor presente quando aplicável, incluindo os respectivos impostos diretos, de responsabilidade da Companhia.

f) Estoques

São avaliados ao custo médio de aquisição, ajustados ao custo de reposição e ao valor líquido de realização, quando aplicável. O valor realizável líquido corresponde ao preço de venda no curso normal dos negócios, menos os custos estimados necessários para a realização da venda.

g) Imobilizado

O ativo imobilizado é registrado pelo custo de aquisição ou construção, quando aplicável, deduzido depreciação, a qual é calculada pelo método linear de acordo com a vida útil estimada. A vida útil dos ativos é revisada e ajustada, se apropriado, ao final de cada exercício. Não houve alteração em 2022.

h) Intangível

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados no reconhecimento inicial ao custo de aquisição e, posteriormente, deduzidos da amortização acumulada e perdas do valor recuperável, quando aplicável.

i) Investimento

Controladas são todas as entidades sobre as quais a Companhia tem o controle. Investimentos em Empresas controladas são contabilizados com base no método da equivalência patrimonial, para fins de demonstrações contábeis individuais.

Com base no método da equivalência patrimonial, os investimentos em controladas são contabilizados no balanço patrimonial ao custo, adicionado das mudanças após a aquisição da participação societária na controladas.

A demonstração do resultado reflete a parcela dos resultados das operações da controlada com base no método da equivalência patrimonial. Quando uma mudança for diretamente reconhecida no patrimônio da controlada, a Investidora/controladora reconhecerá sua parcela nas variações ocorridas e divulgará esse fato, quando aplicável, na demonstração das mutações do patrimônio líquido.

As demonstrações contábeis das controladas são elaboradas para o mesmo período de divulgação que o da Investidora. Quando necessário, são efetuados ajustes para que as políticas contábeis estejam de acordo com as adotadas pela Controladora.

Após a aplicação do método da equivalência patrimonial, a Companhia determina se é necessário reconhecer perda adicional do valor recuperável sobre o investimento da coligada.

A Companhia determina, em cada data de fechamento do balanço patrimonial, se há evidência objetiva de que os investimentos nas controladas sofreram perdas por redução ao valor recuperável. Se assim for, a Empresa calcula o montante da perda por redução ao valor recuperável como a diferença entre o valor recuperável da controlada e o valor contábil e reconhece o montante na demonstração do resultado.

j) Outros passivos circulantes

São demonstrados pelos valores nominais conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias e/ou cambiais incorridos até a data do balanço patrimonial.

k) Demonstrações dos fluxos de caixa

As demonstrações dos fluxos de caixa são preparadas e apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às pequenas e médias empresas (NBC TG 1000 (R1) - Contabilidade para pequenas e médias empresas, aprovada pela Resolução nº 1.255/09 do Conselho Federal de Contabilidade).

l) Decisão do STF sobre ‘coisa julgada’ em matéria tributária.

Em 08 de fevereiro de 2023, o Supremo Tribunal Federal (“STF” ou “Supremo”) concluiu o julgamento sobre a “coisa julgada” em tributos recolhidos de forma continuada, definindo que a decisão proferida em controle difuso cessa imediatamente os seus efeitos quando proferido novo julgamento, em sentido contrário, em ação direta de constitucionalidade ou em sede de repercussão geral pelo Supremo. Nesse mesmo julgamento, o STF rejeitou o pedido de modulação de efeitos da decisão, determinando o recolhimento dos valores passados, desde que respeitado o prazo de prescrição. A Companhia avaliou os impactos desta decisão e concluiu que não existe impacto relevante nas demonstrações financeiras e na destinação do

resultado do período em decorrência de tal decisão.

4. Caixa e equivalentes de caixa

A Companhia possui cinco contas correntes, cinco contas de aplicações e não possui valores em caixa (físico).

	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Caixa e Bancos	612	4	612	4
Aplicações Financeiras	1.341	3.297	1.515	3.346
Total Caixa e Equivalentes de Caixa	1.953	3.301	2.127	3.350

As contas de aplicações foram abertas para investir o aporte da CM Hospitalar, são todos CDBs com carência de 30 dias exceto as aplicações Itaú Aut Mais e o CDB da XP Investimentos que possuem liquidez diária, atendendo a política de investimentos da investidora. Os percentuais de rendimentos estão demonstrados a seguir:

	Rendimento	Prazo
Aplicação Itaú Aut. Mais	2% CDI	Diária
CDB Santander	99% CDI	30 dias
CDB Bradesco	100,3% CDI	30 dias
CDB Itaú	99% CDI	30 dias
CDB XP Investimentos	103% CDI	Diária

5. Contas a receber de clientes

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Contas a Receber - Mercado Interno	250	123	711	203
Total	250	123	711	203

A composição do saldo de contas a receber por idade de vencimento é como segue:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
A vencer	200	84	523	142
Vencidos				
Vencidos até (30 dias)	32	23	128	44
Vencidos até (60 dias)	18	16	60	17
Total de contas a receber	250	123	711	203

A Companhia entende que não há saldos relevantes de provisão para crédito de liquidação que precisam ser registrados, pois 78% (setenta por cento) dos recebimentos são à vista (via PIX ou Boleto Bancários) e os outros 22% (trinta por cento) são no cartão de crédito e são recebidos 30 (trinta) dias após o pagamento.

O prazo médio de recebimento de clientes é de 23 dias.

6. Estoques

O Estoque é composto somente por Medicamentos para Revenda, divididos nas categorias conforme

demonstrado a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Referência	85	62	269	102
Genérico	49	26	160	49
Similar	34	16	39	27
Referência (PBM)	8	-	159	1
Suplemento	2	-	15	1
Outros	57	42	74	78
Total estoques	235	146	716	258

A Companhia realiza inventários trimestrais e ajusta seus estoques nesta mesma periodicidade para corresponder à realidade do estoque físico.

7. Investimentos

O capital social de sua controlada Drogeria Santa Cruz em 31 de dezembro de 2022 era de R\$90.000,00 (noventa mil reais), totalmente subscrito e integralizado, representado por 90.000 (noventa mil) quotas, com valor nominal de R\$1,00 (um real) cada, distribuído da seguinte forma:

	2022		2021	
	Cotas	%	Cotas	%
Total	90.000	100%	90.000	100%

A Composição dos investimentos está demonstrada conforme:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021 (reapresentado)	31/12/2022	31/12/2021 (reapresentado)
Outros investimentos	1	1	1	1
Total outros investimentos	1	1	1	1

Passivo

Provisão para perda com investimentos	4.414	2.188	-	-
Total provisão para perda com investimentos	4.414	2.188	-	-

Sobre o investimento avaliado pelo método de equivalência patrimonial O saldo referente ao investimento avaliado pelo método de equivalência patrimonial refere-se, em sua totalidade, às quotas de capital da controlada Drogeria Santa Cruz Ltda.

	31/12/2022	31/12/2021 (reapresentado)
Quotas possuídas - Drogeria Santa Cruz Ltda.	90	90
Patrimônio líquido - Passivo a descoberto	(4.414)	(2.223)
Prejuízo do exercício	(2.233)	(1.598)
% de participação	100	100

Drogeria Santa Cruz Ltda.	31/12/2022	31/12/2021 (reapresentado)
Ativo	1.516	500

Passivo	5.930	2.723
Patrimônio líquido - Passivo a descoberto	(4.414)	(2.223)
Receita líquida	4.591	1.057
Prejuízo do exercício	(2.233)	(1.598)

Informações sobre o investimento avaliado pelo método de equivalência patrimonial – controlada direta.

A controladora Far.me Farmacêutica Otimizada S.A. constituída no exercício de 2016, e em 14/08/2020 a empresa obteve participação de 100% da Drogaria Santa Cruz., cujo objeto social principal é comercio varejista de cosmético, produtos de perfumaria e de higiene pessoal.

Movimentação do investimento

	31/12/2022	31/12/2021 (reapresentado)
Saldo inicial	(2.188)	-
Aquisição investimento	-	90
Resultado de equivalência patrimonial	(2.233)	(2.313)
Outras movimentações	7	35
Saldo final	(4.414)	(2.188)

8. Partes relacionadas

O valor de Empréstimo refere-se a empréstimo de recursos da Far.me à Drogaria Santa Cruz (Coligada) mensalmente para compensar o seu prejuízo e fechar o caixa.

A última parcela de R\$ 2 referente ao empréstimo da Companhia para as sócias Samilla, Luciana e Marina para que elas pudessem comprar parte da participação do seu primeiro sócio majoritário, concedido em 2021 no valor de R\$111, que foi quitada em janeiro/2022, não restando nenhuma parcela em aberto.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Empréstimo Drogaria Santa Cruz	4.988	2.351	-	-
Empréstimo sócias	-	2	-	2
Total outros créditos	4.988	2.353	-	2

Remuneração do pessoal-chave da Administração da Companhia e suas controladas

A remuneração paga ou a pagar por serviços prestados está demonstrada a seguir:

	31/12/2022	31/12/2021
Remunerações a diretores	682	727
Total	682	727

9. Imobilizado

O valor do imobilizado é composto por bens próprios e sua depreciação, destrictados da seguinte forma:

a) Composição do saldo

Descrição	Taxa anual de depreciação	Custo	Depreciação acumulada	Controladora			
				31/12/2021		31/12/2022	
				Líquido	Custo	Depreciação acumulada	Líquido
Benfeitorias em imóveis de terceiros	4%	-	-	-	-	-	-
Equipamentos de Informática	20%	83	(15)	68	89	(33)	56
Móveis e utensílios	10%	45	(4)	41	44	(9)	35
Máquinas e equipamentos	10%	45	(5)	40	55	(8)	47
Total		173	(24)	149	188	(50)	138

Descrição	Taxa anual de depreciação	Custo	Depreciação acumulada	Consolidado			
				31/12/2021		31/12/2022	
				Líquido	Custo	Depreciação acumulada	Líquido
Benfeitorias em imóveis de terceiros	4%	-	-	-	-	-	-
Equipamentos de informática	20%	161	(28)	133	179	(63)	116
Móveis e utensílios	10%	71	(6)	65	77	(14)	63
Máquinas e equipamentos	10%	72	(7)	65	102	(14)	88
Total		304	(41)	263	358	(91)	267

b) Movimentação do ativo imobilizado

Descrição	Controladora								
	31/12/2020 (Não auditado)	Aquisições	Baixas	Depreciação	31/12/2021	Aquisições	Baixas	Depreciação	31/12/2022
Benfeitorias em imóveis de terceiros	32	-	(32)	-	-	-	-	-	-
Equipamentos de informática	18	67	(3)	(14)	68	6	-	(17)	57
Móveis e utensílios	9	36	-	(4)	41	10	-	(5)	46
Máquinas e equipamentos	16	79	(50)	(5)	40	3	(4)	(4)	35
Computadores e periféricos	3	-	(3)	-	-	-	-	-	-
Total	78	182	(88)	(23)	149	19	(4)	(26)	138

Descrição	Consolidado								
	31/12/2020 (Não auditado)	Aquisições	Baixas	Depreciação	31/12/2021	Aquisições	Baixas	Depreciação	31/12/2022
Benfeitorias em imóveis de terceiros	32	-	(32)	-	-	-	-	-	-
Equipamentos de informática	20	145	(5)	(27)	133	18	-	(35)	116
Móveis e utensílios	9	65	(3)	(6)	65	30	-	(8)	87
Máquinas e equipamentos	26	146	(100)	(7)	65	10	(4)	(7)	64
Computadores e periféricos	12	-	(11)	(1)	-	-	-	-	-
Total	99	356	(151)	(41)	263	58	(4)	(50)	267

c) Bens de terceiros em nosso poder

O valor na conta Bens de Terceiros em Nosso Poder refere-se ao aluguel dos computadores utilizados pelos colaboradores da Companhia em contrato com a empresa Microcity Computadores e Sistemas Ltda. O valor fica alocado no Ativo e no Passivo, pois os bens estão em posse da Companhia, mas serão devolvidos ao final do contrato, constituindo um bem/direito e uma obrigação ao mesmo tempo.

10. Intangível

O valor na conta Intangível se refere ao software da Far.me desenvolvido internamente para uso de toda a cadeia de produção da Box, desde a criação da assinatura do cliente até a organização da logística de entrega.

Uma parte do software foi concluída em 2020 e a outra está em desenvolvimento desde 2021 e por isso a Companhia opta em separar as contas. A conta Softwares em Desenvolvimento ainda não sofreu amortização pois está aguardando conclusão de algumas etapas.

A amortização é feita conforme quadro abaixo, considerando taxa anual de 20% e vida útil de 5 anos.

a) Composição do saldo

Descrição	Controladora e consolidado						
	Taxa anual de amortização	Custo	Amortização acumulada	31/12/2021	Custo	Amortização acumulada	31/12/2022
				Líquido			Líquido
Software em desenvolvimento	20%	294	-	294	1.601	-	1.601
Softwares ou programas de computador	20%	26	(6)	20	43	(29)	14
Total		320	(6)	314	1.644	(29)	1.615

b) Movimentação

Descrição	Controladora e consolidado								
	31/12/2020	Aquisições	Baixas	Amortização	31/12/2021	Aquisições	Baixas	Amortização	31/12/2022
Software em desenvolvimento	-	294	-	-	294	1.307	-	-	1.601
Softwares ou programas de computador	26	-	-	(6)	20	11	-	(17)	14
Total	26	294	-	(6)	314	1.318	-	(17)	1.615

11. Fornecedores

O saldo de fornecedores é composto da seguinte forma:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Fornecedores de custos	246	191	781	331
Fornecedores administrativos	175	108	228	138
Total fornecedores	421	299	1.009	469

A Companhia separa o seu saldo de fornecedores em fornecedores de custos (fornecedores ligados diretamente à operação, principalmente distribuidores de medicamentos e farmácias), e fornecedores administrativos (despesas administrativas, marketing, comercial e TI, e despesas diversas como transporte, alimentação, viagens e mensalidades em dólar, dentre outras).

O saldo de Fornecedores de Custos é maior que os demais, pois além de ser o valor de compras mais relevante por estar diretamente relacionado à sua atividade operacional, a Companhia tem maior prazo de pagamento, variando entre 30 (trinta) a 90 (sessenta) dias, enquanto os Fornecedores Administrativos dão em média 15 (quinze) dias para pagamento.

O Prazo Médio de Pagamento Total é de 37 dias

12. Obrigações trabalhistas

O saldo da conta obrigações trabalhistas é composto da seguinte forma:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Salários e encargos	142	138	206	164
Bolsa estágio	22	13	28	15
Provisão de férias	379	224	472	262
Pró-labore	66	45	67	45
Encargos sociais	111	104	149	117
Total obrigações trabalhistas	720	524	922	603

13. Obrigações tributárias

O saldo da conta obrigações fiscais é composto da seguinte forma:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
IRRF S/ folha	61	45	67	47
IRRF a recolher	1	-	1	-
PIS/Cofins/CSLL retido a recolher	4	1	4	1
Cofins a recolher	3	4	3	4
ICMS a recolher	3	1	8	1
ISS a recolher	1	1	1	1
PIS a recolher	1	1	1	1
Total obrigações tributárias	76	53	85	55

14. Patrimônio líquido

a) Capital social integralizado

O capital social da Far.me em 31 de dezembro de 2022 era de R\$ 5.155.321,00 (cinco milhões, cento e cinquenta e cinco mil, trezentos e vinte e um reais), totalmente subscrito e integralizado, representado por 9.196 (nove mil, cento e noventa e seis) ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal, distribuído da seguinte forma:

	31/12/2022	
	Ações	%
Samilla Dornellas Faria	1.618	17,6%
Marina Dias dos Santos	1.616	17,6%
Luciana Raid Farnese	1.616	17,6%
Bernardo Magalhães Rocha de Lima	150	1,6%
Wendel de Oliveira Afonso	114	1,2%
Founder Institute Incorporated	207	2,3%
Aceleradora de Negócios em Biotecnologia	591	6,4%
CM Hospitalar S.A.	3.284	35,7%
Total	9.196	100%

b) Adiantamento para futuro aumento de capital

Em junho de 2021 a Companhia solicitou à CM Hospitalar S.A. o adiantamento do segundo aporte mediante a concessão de Mútuo cujo crédito poderá ser utilizado pela CM Hospitalar S.A. para exercer o bônus de subscrição do segundo aporte de acordo com os termos e condições estabelecidas no contrato de Mútuo, inclusive atualização monetária.

Em março de 2022 a companhia solicitou à CM Hospitalar S.A. o adiantamento do terceiro aporte mediante a concessão de Mútuo cujo crédito poderá ser utilizado pela CM Hospitalar S.A. para exercer o bônus de subscrição do terceiro aporte de acordo com os termos e condições estabelecidas no contrato de Mútuo, inclusive atualização monetária.

15. Receita líquida

A Companhia tem receita com revenda de produtos (medicamentos) e com prestação de serviços (cobrança de *fee* mensal na assinatura da box e Serviço de PSP – Programa de Suporte ao Paciente).

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Receita operacional bruta				
Receita bruta com venda de produtos	3.107	1.981	8.418	3.204
Receita bruta com prestação de serviços	440	119	448	126
(-) Deduções s/ receita				
Devoluções e abatimentos	(308)	(205)	(934)	(351)
Impostos sobre vendas e serviços	(156)	(60)	(259)	(88)
Receita líquida	3.083	1.835	7.673	2.891

16. Custos e despesas por natureza

a) Por natureza

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Por natureza				
Medicamentos (*)	(1.986)	(1.734)	(5.545)	(3.063)
Serviços de entrega	(72)	(48)	(246)	(126)
Material de produção	(159)	(84)	(287)	(132)
Despesas trabalhistas (**)	(4.580)	(3.704)	(6.112)	(4.717)
Encargos sociais	(1.068)	(907)	(1.375)	(1.141)
Despesas gerais administrativas	(1.215)	(628)	(1.612)	(861)
Depreciação e amortização	(43)	(29)	(67)	(47)
Despesas TI	(407)	(439)	(839)	(498)
Despesas comerciais e marketing	(1.107)	(532)	(1.368)	(583)
Despesas tributárias	(23)	(111)	(40)	(150)
Total das despesas	(10.660)	(8.216)	(17.491)	(11.318)

b) Por função

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Por função				
Custo da mercadoria vendida	(2.218)	(1.866)	(6.077)	(3.320)
Despesas gerais	(8.442)	(6.350)	(11.414)	(7.998)
Total das despesas	(10.660)	(8.216)	(17.491)	(11.318)

(*) Devido as estratégias adotadas pela administração em 2022, a Companhia e sua controlada aumentaram significativamente a base de clientes e com isso precisaram aumentar as compras de medicamentos para atender a demanda.

(**) A companhia e sua controlada em 2022 aumentou significativamente seu quadro de profissionais, investimentos em salários e benefícios melhores para todo o quadro de profissionais, bem como aumentos nos investimentos em estrutura física e sistemas.

17. Resultado financeiro

O resultado financeiro é composto por:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Receitas financeiras				
Juros recebidos de clientes	10	5	25	9
Rendimento de aplicações	407	148	407	148
Descontos obtidos	16	326	63	785
Total	433	479	495	942
Despesas financeiras				
Despesas bancárias	(3)	(2)	(8)	(7)
Juros e multas de mora	(1)	(7)	(2)	(7)
Tarifas recebimentos de clientes	(29)	(19)	(74)	(29)
Tarifas de emissão de boleto	(3)	(1)	(7)	(4)
Descontos Financeiros Concedidos	(1)	(0)	(1)	-
IOF	(310)	(12)	(310)	(12)
Juros Passivos	(2.448)	-	(2.448)	-
Total	(2.795)	(41)	(2.850)	(59)

18. Instrumentos financeiros

a) Considerações gerais

A Administração mantém operações com instrumentos financeiros cujos riscos são administrados por meio de estratégias de posições financeiras e sistemas de limites de exposição. As políticas de risco e os sistemas são revistos regularmente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia, a seguir os instrumentos financeiros por categoria:

	Nota	Mensuração	Controladora		Consolidado	
			31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Ativo, conforme balanço patrimonial						
Caixa e equivalentes de caixa	4	Custo amortizado	1.953	3.301	2.127	3.350
Contas a receber de clientes	5	Custo amortizado	250	123	711	203
Partes relacionadas	8	Custo amortizado	4.988	2.353	-	2
Total			7.191	5.777	2.838	3.555
Passivo, conforme balanço patrimonial						
Fornecedores	11	Custo amortizado	421	299	1.009	469
Total			421	299	1.009	469

b) Fatores de risco que podem afetar os negócios da Administração

Os principais fatores de risco que a Administração está exposta reflete em aspectos estratégicos operacionais e econômico-financeiros. Os riscos estratégicos-operacionais (tais como comportamento de demanda, concorrência e mudanças relevantes na estrutura da indústria) são endereçados pelo modelo de gestão da Administração. A administração dos riscos e a gestão dos instrumentos financeiros são realizadas por meio de políticas, definição de estratégias e implementação de sistemas de controle visando liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das taxas contratadas versus as vigentes no mercado. A Administração possui uma política conservadora de gestão dos recursos, instrumentos e riscos financeiros cujo principal objetivo é preservar o valor e a liquidez dos ativos financeiros e garantir recursos financeiros para o bom andamento dos negócios, incluindo suas expansões. Os principais riscos financeiros considerados pela gestão da Administração são:

- Risco de preço das mercadorias;
- Risco de crédito;
- Risco de liquidez; e
- Risco de taxas de juros.

A Administração não efetua aplicações de caráter especulativo em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. Esta nota explicativa apresenta informações sobre a exposição da Empresa a cada um dos riscos supramencionados, os objetivos, políticas e processos para a mensuração e o gerenciamento do risco, e o gerenciamento de capital. Divulgações quantitativas adicionais são incluídas ao longo destas demonstrações contábeis.

c) Risco de preço das mercadorias

Está relacionado à possibilidade de oscilação no preço dos produtos que a Empresa comercializa. As receitas de vendas e principalmente o custo médio ponderado dos itens pode ser fortemente influenciado pela demanda de matéria-prima adquirida na etapa anterior à compra do produto pela Empresa, em função da variação do preço do dólar.

d) Risco de crédito

Os instrumentos financeiros que submetem a Administração a riscos de crédito de contraparte são representados, fundamentalmente, por caixa e equivalentes de caixa e contas a receber de clientes. Os riscos de crédito de caixa e equivalentes de caixa decorrem, principalmente, da incapacidade de instituições financeiras cumprirem suas obrigações financeiras com a Empresa. Regularmente a Administração executa análise de crédito das instituições nas quais mantém relacionamento através de diversas metodologias que avaliam liquidez, solvência, alavancagem, qualidade da carteira, entre outras. Equivalentes de caixa são mantidos somente em instituições com histórico de sólida posição de crédito, privilegiando segurança e liquidez. Os riscos de créditos associados às contas a receber de clientes são reduzidos em virtude da análise de crédito e dos procedimentos de controle da Administração que monitoram esse risco.

A exposição máxima do risco de crédito está demonstrada a seguir:

Descrição	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Caixa e equivalentes de caixa	1.953	3.301	2.127	3.350
Contas a receber de clientes	250	123	711	203
Total	2.203	3.424	2.838	3.553

e) Risco de liquidez

O risco de liquidez surge da possibilidade de a Empresa não poder cumprir as obrigações contratadas nas datas previstas e atender necessidades de caixa devido às restrições de liquidez do mercado. Para mitigar esse risco, a Administração possui linhas de crédito rotativo, que aumentam a liquidez no curto prazo e possibilitam maior eficiência na gestão do caixa, sendo consistente com seu foco estratégico na redução do custo do capital.

As principais fontes da Empresa derivam do fluxo de caixa gerado por suas operações, fornecedores e os aportes realizados pelo seu investidor (CM Hospitalar). A Administração acredita que essas fontes são adequadas para atender aos seus atuais usos de fundos, o que inclui, mas não se limita a, capital de giro, capital de investimento, amortização de dívidas e pagamento de dividendos.

f) Risco de taxa de juros

A Administração considerou que as operações mantidas pela Empresa em que indicam juros, o resultado e os fluxos de caixa operacionais são, substancialmente, independentes das mudanças nas taxas de juros do mercado. Sendo assim, a Administração entende que não há risco significativo em relação à volatilidade dos juros a ser apresentado ou estressado.

g) Gerenciamento do capital

A política da Administração é manter uma sólida base de capital para manter a confiança do investidor, do credor e do mercado e manter o desenvolvimento futuro do negócio. Para tanto, a Administração monitora a relação da dívida líquida em relação ao patrimônio líquido total.

A Administração procura manter um equilíbrio entre os mais altos retornos possíveis com níveis mais adequados de financiamento e as vantagens e a segurança proporcionada por uma posição de capital saudável. A dívida da Empresa para relação ajustada do capital ao final do exercício é apresentada a seguir:

h) Estimativa do valor justo

Pressupõe-se que os saldos das contas a receber e das contas a pagar pelo valor contábil, menos eventual perda (*impairment*), estejam próximos de seus valores justos. O valor justo dos passivos financeiros, para fins de divulgação, é estimado mediante o desconto dos fluxos de caixa contratuais futuros pela taxa de juros vigente no mercado.

A Administração aplica os procedimentos do CPC para instrumentos financeiros mensurados no balanço patrimonial pelo valor justo, o que requer divulgação das mensurações do valor justo pelo nível da seguinte hierarquia de mensuração:

- Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos a que a entidade possa ter acesso na data de mensuração;
- Informações que são observáveis para o ativo ou passivo, seja diretamente (ou seja, como preços) ou indiretamente (ou seja, derivados dos preços); e
- Inserções para os ativos ou passivos que não são baseadas nos dados adotados pelo mercado (ou seja, inserções não observáveis).

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a companhia não possui ativos e passivos mensuradas ao valor justo através do resultado.

20. Provisão para riscos

A Companhia registra provisões para fazer face aos seus passivos potenciais. Com base nas informações de assessores jurídicos, na análise dessas questões e atendendo à probabilidade de perda de cada ação judicial, foi constituída uma provisão considerada suficiente para fazer face a eventuais perdas, para as quais a saída de caixa seja provável.

Contudo, nos anos de 2022 e 2021 não existiram litígios movidos contra a Companhia, que requeeressem a apresentação de valores prováveis, ou possíveis em suas Demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

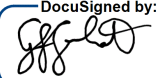
21. Eventos Subsequentes


Em janeiro de 2023, os acionistas e a Viveo negociaram os termos e as principais condições para a aquisição, pela Viveo, de todas as ações da Companhia. No âmbito desta operação, concluída em fevereiro de 2023, a Viveo (i) exerceu os bônus de subscrição que detinha contra a Companhia relativos ao segundo e ao terceiro aporte do investimento realizado em 2020; e (ii) adquiriu a participação remanescente dos demais acionistas, passando a deter a totalidade das ações da Companhia. Com a aquisição, o capital autorizado da Companhia passou a ser de 63.429 (cinquenta e quatro mil, duzentas e trinta e três) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, enquanto o capital social aumentou para R\$25.803.625,50 (vinte e cinco milhões, oitocentos e três mil, seiscentos e vinte e cinco Reais e cinquenta centavos). O capital social da Far.me passou a ser distribuído da seguinte forma:

	03/02/2023	
	Ações	%
CM Hospitalar S.A.	63.429	100%
Total	63.429	100%

Após a aquisição da Companhia pela Viveo, Samilla, Luciana e Marina passaram atuar como diretoras não estatutárias da Companhia com o objetivo de desenvolver, expandir e gerar resultados positivos para os negócios da empresa.

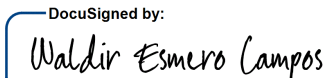
* * *

DocuSigned by:

6B5F9172643540D...

DocuSigned by:

EE96ACE9CFCF447...

DocuSigned by:

4A0F584205554D7...

DocuSigned by:

61D35F372830446...